DESBAN

DECLARAÇÃO DE PESSOA POLITICAMENTE EXPOSTA
PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIO BDMG – CV CNPB: 2011.0001-65

DECLARAÇÃO

Eu, _____, Doc. Identidade _____

CPF _____, DECLARO para fins e sob as penas da lei que nos últimos cinco anos a até esta data:

☐ NÃO desempenho nem desempenhei cargo, emprego ou função pública relevante conforme base legal.

☐ Desempenho ou desempenhei cargo, emprego ou função pública relevante conforme base legal.

Em caso afirmativo, especificar o cargo, emprego ou função e período de exercício ou mandato:

_____

_____

☐ NÃO possuo vínculo familiar ou relacionamento próximo com "Pessoa Politicamente Exposta", conforme base legal.

☐ Possuo vínculo familiar ou relacionamento próximo com "Pessoa Politicamente Exposta", conforme base legal.

Em caso afirmativo, especificar o cargo, emprego ou função e período de exercício ou mandato:

_____

_____

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaro que as informação prestadas são verdadeiras, ciente de estar incorrendo no crime de falsidade ideológica na eventualidade de não refletir a verdade.

Comprometo-me a informar a DESBAN – Fundação BDMG de Seguridade Social qualquer alteração que venha a ocorrer, especialmente caso eu me torne uma "Pessoa Politicamente Exposta", e/ou meus familiares e pessoas do meu relacionamento próximo.

_____, _____/_____/_____ _____

Local data Assinatura

BASE LEGAL

Por determinação da Instrução SPC nº 26, de 01 de setembro de 2008, as entidades devem identificar dentre seus participantes aqueles que se enquadram na situação de **pessoa politicamente exposta,** conforme a seguinte definição: O agente público que desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos cinco anos, no Brasil ou em país, território ou dependência estrangeira, cargo, emprego ou função pública relevante, assim como seus representantes, familiares (na linha direta, até o primeiro grau, o cônjuge, o companheiro, a companheira, o enteado e a enteada) e outras pessoas de seu relacionamento próximo. Consideram-se pessoas politicamente expostas brasileiras: os detentores de mandatos eletivos dos Poderes Executivo e Legislativo da União, os ocupantes de cargo do Poder Executivo da União: de ministro de Estado ou equiparado, de natureza especial ou equivalente, de presidente, vice-presidente e diretor, ou equivalentes, de autarquias, fundações públicas, empresas públicas ou sociedades de economia mista e do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores-DAS, nível 6, e equivalentes, os membros do Conselho Nacional de justiça, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores: os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República, o Vice-Procurador Geral da República, o Procurador-Geral do Trabalho, o Procurador-Geral da Justiça Militar, os Subprocuradores-Gerais da República e os Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal; Tribunal de Contas da União e o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União; os governadores de Estado e do Distrito Federal, os presidentes de Tribunal de Justiça, de Assembléia Legislativa ou da Câmara Distrital, e os presidentes de Tribunal ou Conselho de Contas de Estado, de Municípios e do Distrito Federal; e os prefeitos e os presidentes de Câmara Municipal das capitais de Estado.